

---

## MELHORES PRÁTICAS NOS LEVAM HOJE A UM AMANHÃ SEGURO

---

Transparência, Equidade, Prestação de Contas  
e Responsabilidade Corporativa

ISO 9001  
BUREAU VERITAS  
Certification



# SUMÁRIO

ABERTURA.....	3
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. MENSAGEM DA DIRETORIA.....	6
2.1. Mensagem do Ex-Presidente.....	7
3. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2015.....	8
INSTITUCIONAL.....	13
4. GESTÃO DE BENEFÍCIOS.....	14
4.1. Informações Gerenciais sobre o PBB.....	14
4.2. Avaliação Atuarial.....	16
GESTÃO DOS INVESTIMENTOS.....	17
5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENÁRIO ECONÔMICO - 2015.....	18
5. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	18
7. ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS.....	19
7.1. Estudo de Macroalocação de Ativos.....	19
7.2. Composição dos Investimentos por Segmento.....	20
8. INFORMAÇÕES GERAIS.....	21
8.1. Carteira Global de Investimentos.....	21
8.2. Investimentos por Tipo de Gestão.....	22
8.3. Rentabilidade Bruta e Líquida por Segmento.....	23
8.4. Rentabilidade Líquida por Segmento e Global.....	23
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
RESULTADOS.....	26
10. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS.....	27
10.1. Consolidado.....	27
10.2. Plano Básico de Benefícios - PBB.....	31
PARECERES.....	34
11. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	35
12. PARECER ATUARIAL.....	37
13. PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	43
14. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	44
ENCERRAMENTO.....	45
15. MENSAGEM FINAL.....	46



---

# ABERTURA

---

"Unir-se é um bom começo,  
manter a união é um  
progresso, e trabalhar em  
conjunto é a vitória."

**Henry Ford,**  
*fundador da Ford Motor Company*

## 1. INTRODUÇÃO

Difícil em termos econômicos e políticos para todo o País, o ano de 2015 exigiu das empresas – e também das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – um esforço especial para conquistar melhores resultados financeiros e de eficiência. Foi, de fato, um ano de busca das melhores escolhas, um estímulo à construção de um novo padrão e a mudanças profundas.

Tendo em vista o cenário descrito acima, o Nucleos procurou pautar todas as suas ações e decisões nos pilares da Governança Corporativa: Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa. A Governança Corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre todas as partes interessadas nos processos internos.

### Princípios Básicos da Governança\*

#### Transparência

Consiste no desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse, e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. Não deve restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que condizem à preservação e à otimização do valor da organização.

#### Equidade

Caracteriza-se pelo tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders), levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas.

#### Prestação de Contas (*accountability*)

Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação de modo claro, conciso, compreensível e tempestivo, assumindo integralmente as consequências de seus atos e omissões e atuando com diligência e responsabilidade no âmbito dos seus papéis.

#### Responsabilidade Corporativa

Os agentes de governança devem zelar pela viabilidade econômico-financeira das organizações, reduzir as externalidades negativas de seus negócios e suas operações e aumentar as positivas, levando em consideração, no seu modelo de negócios, os diversos capitais (financeiro, manufaturado, intelectual, humano, social, ambiental, reputacional etc) no curto, médio e longo prazos.

\* Fonte: [www.lbcg.org.br](http://www.lbcg.org.br)



Por isso, o tema escolhido para o presente Relatório Anual de Informações – RAI foi “Governança Corporativa – Melhores Práticas nos leva a um amanhã seguro”; elaborado a partir de dados fornecidos pelas diversas áreas do Instituto, seu processo de aprovação contou com a participação dos membros da Diretoria Executiva da Nucleos.

A divulgação do conteúdo desta publicação visa atender à Resolução CGPC nº 23, de 6 de dezembro de 2006, e também tem por finalidade apresentar, de forma clara e completa, aos participantes, assistidos, patrocinadoras e colaboradores, o desempenho, as estratégias, os processos e a governança da entidade. Dessa forma, o Nucleos demonstra seu compromisso com os princípios de transparência e boa governança, que orientam todas as ações do instituto.

O Relatório Anual 2015 do Nucleos também está disponível no site [www.nucleos.com.br](http://www.nucleos.com.br) nos formatos PDF e *on-line*.

É importante ressaltar que, com a criação da Instrução Previc nº 13, de 12 de novembro de 2014, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar foram desobrigadas do envio do Relatório Anual de Informações impresso aos seus participantes, devendo remetê-lo somente para aqueles que o solicitarem. Assim, evitamos desperdícios com papel. Vale destacar também que esta publicação foi produzida com 100% de apoio dos anunciantes.

Boa leitura a todos!



## 2. MENSAGEM DA DIRETORIA

A partir do dia 24 de setembro de 2015, Armindo D'Ascensão Silva assumiu o cargo de presidente do Nucleos com o compromisso de desenvolver a gestão da entidade no contexto moderno das melhores práticas de governança corporativa: com Transparência, Equidade, Prestação de Contas e Responsabilidade Corporativa. Isso impõe a todos nós, da Diretoria Executiva, um desafio diário e contínuo pela responsabilidade em desempenhar nossas atividades pautadas na sustentabilidade do Instituto, pois cerca de cinco mil participantes e assistidos depositaram no Nucleos suas esperanças de um futuro seguro, visando manter uma qualidade de vida digna após a aposentadoria. Tudo isso foi e é promovido de forma a reforçar os mais altos valores éticos e buscar instrumentos de gestão cada vez mais seguros e eficientes.

Em relação ao desempenho do Nucleos em 2015, gostaríamos de ressaltar, antes de mais nada, que foi um ano difícil para os fundos de pensão de um modo geral. As más notícias divulgadas pela mídia mostraram-se constantes, sempre relacionadas com inflação e juros altos, aumento do desemprego, atividades empresariais e industriais em declínio – que formaram um cenário econômico bastante nebuloso. O comportamento da Bovespa refletiu bem esse cenário, marcado por fortes oscilações e um fechamento anual bem abaixo dos mercados globais.

A desaceleração da economia brasileira em 2015 impactou investidores de todos os setores. De fato, vivenciamos um momento especialmente conturbado, com o mercado financeiro bastante instável. Contudo, a área de investimento do Nucleos utilizou ferramentas de análises e modelos estatísticos que procuraram antever – dentro do que seria possível antever – o comportamento dos indicadores e os seus reflexos sobre a atividade econômica. A composição e a alocação dos investimentos do Instituto são estruturas sólidas e conduzidas, sempre, com alinhamento e equilíbrio em relação ao melhor retorno e segurança. A implementação desse conjunto de instrumentos, associada à qualidade dos ativos do Instituto, resultou numa performance geral dentro do esperado, embora abaixo do desejado por todos.

Por outro lado, destaque-se que a Diretoria Executiva e todos os colaboradores do Nucleos formamos ao longo de 2015 uma equipe integrada na gestão da entidade. Esse trabalho foi realizado de forma criteriosa e alinhada com nossos princípios éticos e de responsabilidade, cumprindo com os procedimentos e instruções emanadas dos órgãos estatutários e de fiscalização externa, respeitando, assim, todos os requisitos legais aplicáveis ao Instituto.

No dia a dia, procuramos minimizar ao máximo o impacto momentaneamente desfavorável dos nossos investimentos, concentrando especiais esforços nesse aspecto com o objetivo de não comprometer o desempenho futuro do Nucleos, que é um fundo de pensão bem organizado, recertificado pela terceira vez em todos os seus processos pela ISO 9001:2008, com uma estrutura organizacional enxuta e eficiente, bem como dirigentes e profissionais qualificados e certificados.

Hoje, somos o 53º maior fundo de pensão em in-



Da esq. para dir.: Paulo Sérgio Poggian, Armindo D'Ascensão

vestimentos pelo ranking da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp e do Sindicato Nacional da Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Sindapp, e nossa visão de futuro está expressa na Política de Investimentos do Plano Básico de Benefícios – PBB e na Política de Investimentos do Plano de Gestão Administrativa – PGA, ambas com vigência de 2016-2020, aprovadas pelo Conselho Deliberativo em sua 180ª Reunião, realizada no dia 23 de novembro de 2015. De um lado, o PBB aprimora a alocação de ativos (investimentos) através de uma gestão integrada com o passivo (reservas matemáticas), com base em estudos da projeção financeira dos investimentos para maximizar a cobertura das obrigações futuras com os participantes (benefícios). De outro lado, o PGA possui a finalidade de registro das atividades referentes à gestão administrativa do Nucleos. O gerenciamento dos recursos do PGA é norteado pelo compromisso de assegurar o pagamento do custeio do plano de benefícios dos participantes de modo que as suas aplicações possibilitem maior rentabilidade, liquidez e segurança, bem como perenidade na gestão dos diversos segmentos de investimento.

Finalizando, gostaríamos de deixar consignado os nossos agradecimentos aos colaboradores do Nucleos, membros do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep, participantes e assistidos, também aos órgãos externos de orientação e fiscalização e aos prestadores de serviço. Acreditamos que, juntos, iremos vencer os novos desafios que se apresentarão durante o ano de 2016 e colocaremos o Instituto em uma posição de destaque entre os fundos de pensão do País.

Diretoria Executiva do Nucleos  
 Armindo D'Ascenção Silva – Presidente  
 Luiz Claudio Levy Cardoso – Diretor Financeiro  
 Paulo Sérgio Poggian – Diretor de Benefícios

## 2.1 MENSAGEM DO EX-PRESIDENTE

“Honrado com a gentileza da Diretoria Executiva para encaminhar uma mensagem pessoal, por ocasião do presente Relatório Anual de 2015, desejo transmitir aos amigos uma palavra de otimismo e confiança.

Por tudo que temos observado nos dias atuais e está a nossa volta, não é difícil constatarmos os avanços pelos quais o Nucleos passou e com os quais se fortaleceu ao longo dos últimos dez anos. Hoje, apesar das situações conjunturais extremamente desfavoráveis, que interferem no desempenho de todos os agentes econômicos, a nossa entidade segue firme, mais uma vez exibindo um resultado praticamente de equilíbrio técnico, o que revela o acerto das estratégias implementadas e nos proporciona mais tranquilidade.

Já estou afastado da Direção do Nucleos há alguns meses e de volta à Eletronuclear, o meu empregador, mas acompanho e tenho confiança no trabalho da atual Diretoria Executiva do Nucleos, profissionais experientes e honrados que merecem o nosso respeito.

Norman Victor Walter Hime”



### 3. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2015



#### NUCLEOS FOI DESTAQUE EM PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA

Principal veículo jornalístico especializado em fundos de pensão e investimentos, a revista Investidor Institucional publicou em sua edição de fevereiro uma reportagem de duas páginas sobre a nova metodologia para o cálculo da taxa de desconto atuarial, conhecida como “regra do corredor”. Para ilustrar a matéria, a publicação entrevistou Norman Hime, então presidente, e Luiz Claudio Levy Cardoso, diretor Financeiro do Nucleos. A matéria pode ser acessada no Nuclin Express 82 no site do Instituto.

#### ALTERAÇÃO NO ESTATUTO - PREVIC APROVOU REMUNERAÇÃO DE CONSELHEIROS

Em cumprimento ao que dispõe a legislação em vigor, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou, no dia 18 de março, a proposta de alteração do Estatuto do Nucleos, pela Portaria nº 139, publicada no Diário Oficial da

União do dia seguinte. Por meio dessa alteração, o exercício das funções de membro do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal passou a ser remunerado pelo Instituto, como previsto no artigo 24, §7º e seguintes do referido normativo.

#### CNPC ESTENDEU EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO A TODOS OS MEMBROS DE CONSELHOS

No dia 30 de março, o Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) aprovou uma nova e importante resolução para ampliar a segurança dos participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. O objetivo foi buscar, cada vez mais, uma gestão profissional dessas entidades. Para tanto, o CNPC estendeu ao administrador responsável pelos planos de benefícios – assim como para a

totalidade dos membros do Conselho Fiscal e todo o Conselho Deliberativo – a exigência de certificação, que já era aplicada ao administrador estatutário, à Diretoria Executiva e aos membros do comitê de assessoramento que atuam na avaliação e aprovação de investimentos, assim como os demais empregados diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos garantidores dos planos.

#### APRESENTAÇÕES ÀS PATROCINADORAS

Em 2015, o Nucleos apresentou para a alta administração das patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep os resultados do Instituto, bem como os assuntos de interesse das patrocinadoras.

Em 2016, a Diretoria do Nucleos continuará fazendo essas apresentações, não apenas às diretorias, mas também aos participantes, de forma objetiva e transparente.



## RAI, AGORA EM VERSÃO DIGITAL E RESPONSIVA

Pela primeira vez, o Nucleos produziu e lançou o seu Relatório Anual de Informações (RAI) em versão também digital, navegável e dinâmica, disponível especificamente para equipamentos móveis, como tablets e smartphones. Ela permitiu aos participantes o acesso direto e rápido – com apenas um ou dois toques – aos conteúdos de cada capítulo de sua preferência. Para tanto, o Instituto desenvolveu, dentro do seu portal na internet, um site “responsivo”, ou seja, que se adaptava automaticamente ao tamanho do dispositivo do usuário-participante, fosse a tela do computador, de um telefone celular ou de um tablet. Com isso, a tiragem da versão



impresa foi significativamente reduzida e deu à produção um caráter sustentável.

## O INÍCIO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DE NOVOS CONSELHEIROS

No dia 4 de maio, o Nucleos deu início ao processo eleitoral para a escolha de três membros efetivos (e respectivos suplentes) para o Conselho Deliberativo e um membro efetivo para o Conselho Fiscal (e respectivo suplente).

## PESQUISA DE SATISFAÇÃO REVELOU QUE PARTICIPANTES ESTÃO “MUITO SATISFEITOS” COM O NUCLEOS

Realizada mensalmente desde janeiro de 2008 para avaliar o atendimento oferecido aos participantes e assistidos do Nucleos, a qualidade na resolução das dúvidas, aprimorar pontos positivos e minimizar aspectos negativos, além de determinar o nível de satisfação em aspectos associados aos canais de comunicação mais utilizados, a Pesquisa de Satisfação

revelou ao longo de 2015 números bastante positivos. De acordo com a amostragem divulgada em junho, a maior parte dos participantes estava muito satisfeita com as áreas de Atendimento e Comunicação – os índices “ótimo” e “bom” invariavelmente somaram 100% nos primeiros quatro meses do ano passado.

## DESDOBRAMENTOS DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL – CV

O Conselho Deliberativo aprovou, no dia 19 de junho, em sua 241ª Reunião Extraordinária, o Regulamento do Plano de Contribuição Variável. O mesmo foi encaminhado às patrocinadoras para análise e aprovação no dia 16 de julho.



## RECONDUÇÃO DO DIRETOR FINANCEIRO

O diretor Financeiro Luiz Claudio Levy Cardoso foi reconduzido por unanimidade pelo Conselho Deliberativo para um novo mandato, com início em 25 de junho de 2015 e término em 24 de junho de 2018.



## NUCLEOS FOI RECERTIFICADO PELA 3ª VEZ

Líder mundial em serviços de avaliação de conformidade e certificação, a Bureau Veritas Certification confirmou para o Nucleos a recertificação plena da Norma ISO 9001:2008, de “Gestão de Planos de Benefícios de Entidades Fechadas de Previdência Complementar”, com validade de 13 de julho de 2015 até 12 de julho de 2018. A recertificação – obtida pela terceira vez – atestou que os processos do Instituto continuam muito bem alinhados com as melhores práticas de governança para as EFPCs.



## A POSSE DOS CONSELHEIROS ELEITOS...

Os novos membros (e respectivos suplentes) dos conselhos Fiscal e Deliberativo eleitos pelos participantes foram empossados na sede do Nucleos no dia 6 de julho:

- No Conselho Fiscal, Paulo Cesar Chrispim (titular) e Rafael Alves de Melo (suplente).

- No Conselho Deliberativo, Rosângela Vieira Paes da Silva (titular) e Samira Aparecida de Sena Osório (suplente), Hermínio de Aguiar Caldeira (titular) e Antero Aguiar Peres (suplente) e Daniel Moraes da Costa (titular) e José de Mello Vilella (suplente).



## ... E A POSSE DOS CONSELHEIROS INDICADOS

No dia 5 de agosto, foi a vez de serem empossados os novos membros (e respectivos suplentes) do Conselho Fiscal indicados pelas patrocinadoras. Foram eles: Luis Antônio Domingues Correia (titular) e Marlon Fagundes Pereira (suplente) e Ronaldo Neto Alcântara (titular) e Luiz Otávio Artilheiro (suplente).



## MAIS SEGURO E MODERNO, NOVO SITE ENTROU NO AR

O Nucleos lançou no dia 8 de setembro o seu novo site institucional, com maior facilidade de acesso ao conteúdo específico dos interesses dos participantes e às informações mais importantes do Instituto. A necessidade de mudança surgiu não apenas para adequar às novas tendências, mas também a partir das sugestões e críticas recolhidas nas pesquisas de satisfação mensais. Mais segurança – principalmente no que diz respeito ao acesso à área restrita – e um visual diferenciado, através do acesso por dispositivos móveis (com um layout responsivo), como celulares e tablets, foram e são os grandes destaques do novo portal.



## AUDITORIAS DA PREVIC E DAS PATROCINADORAS APROVAM GESTÃO DO NUCLEOS

Órgão federal de fiscalização dos fundos de pensão do País, a Previc concluiu, em 9 de setembro, uma nova e minuciosa fiscalização no Nucleos, que teve início no dia 8 de junho de 2015. Embora se caracterize como uma ação fiscal de rotina, a atuação foi realizada ao longo de três meses contínuos por dois auditores da Receita Federal do Brasil.

O resultado foi o mesmo dos exercícios de 2010 a 2014: pelo sexto ano consecutivo, a gestão do Instituto foi aprovada. Realizada por outros três auditores e paralelamente à da Previc, a auditoria das patrocinadoras do Nucleos chegou àquela mesma conclusão: não foram constatadas quaisquer irregularidades.

## ARMINDO D'ASCENÇÃO SILVA, O NOVO PRESIDENTE DO NUCLEOS



Com um discurso em que prometeu conduzir a sua gestão de forma franca e transparente, de acordo com as boas práticas de governança, Armindo D'Ascenção Silva assumiu a Presidência do Nucleos no dia 25 de setembro, em substituição a Norman Victor Walter Hime. Formado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis e pós-graduado em Engenharia Econômica, Administração Industrial, Auditoria e Organização e Métodos, Armindo D'Ascenção Silva trouxe para o Instituto as suas cinco décadas de experiência profissional como professor da Universidade Federal Fluminense e nas áreas de administração, auditoria, contabilidade, recursos humanos, orçamento e finanças, entre muitas outras – grande parte desse período dedicado à patrocinadora Eletronuclear.



## “RAIO-X” PASSOU A APRESENTAR O BALANÇO TRIMESTRAL DO NUCLEOS

Como um dos marcos iniciais de sua gestão no Instituto, o seu novo presidente, Armin-do D’Ascensão Silva, criou e apresentou o Relatório Gerencial Trimestral, chamado de “Raio-X” do Nucleos, que resume a situação financeira, operacional e organizacional do Nucleos por meio de breves análises, tabelas e gráficos em uma linguagem simples e direta – para propiciar uma leitura fácil para todos, sem jargões técnicos.

## DÍVIDA DA NUCLEP



Nº 98  
11.02.2016

[EDIÇÕES ANTERIORES](#)   [EMPRÉSTIMOS](#)   [FORMULÁRIOS](#)   [FALE CONOSCO](#)

### Edição especial II

“Raio-X” do Nucleos – Resultado de 2015



Esta edição especial do Nuclin Express – que divulga como o Nucleos encerrou o ano de 2015, com os principais dados do fechamento do período – reforça e dá continuidade ao compromisso da Diretoria Executiva em apresentar os números do Instituto de forma simples e periódica. Importante ressaltar: o resultado relativo ao exercício de 2015 está sendo auditado pela PricewaterhouseCoopers - PwC e, que somente após a conclusão da auditoria, o referido resultado será apreciado pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo.

O formato é o mesmo da edição de outubro de 2015: breves análises, tabelas e gráficos em uma linguagem mais acessível e direta – para facilitar a leitura e o entendimento de todos os leitores. Afinal, a razão principal deste informativo é o diálogo permanente com os principais públicos do Nucleos, os participantes e as patrocinadoras, como determina a Lei Complementar 109/2001 em relação à observância do princípio da transparência como diretriz para as relações entre os fundos de pensão, seus participantes e assistidos.

### Relatório Gerencial - 31/12/2015

Você poderá acompanhar os gráficos e tabelas clicando nos assuntos abaixo:

- [Distribuição dos participantes e assistidos](#) por patrocinadoras e tipo de vínculo;
- [Investimentos](#): distribuição dos recursos e rentabilidades (no período, no mês, por segmento e composição detalhada);
- [Finanças](#): contribuições das patrocinadoras e dos participantes;
- [Atendimentos](#): no período, no mês e por assunto;
- [Ações judiciais](#): total de ações em curso e por natureza.

Em decisão de última instância anunciada em novembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve, por unanimidade, o valor da dívida constante do acordo parcial entre a patrocinadora Nuclep e o Nucleos, e negou provimento ao recurso interposto pelo Instituto.

## CNPC: MAIS TEMPO E ALTERNATIVAS PARA EQUACIONAR DÉFICITS

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), órgão que regula o setor no País, aprovou novas medidas que permitem aos fundos de pensão equacionar seus déficits em um prazo maior do que exigia a regra anterior, que era de três anos. Com

isso, as entidades poderão solucionar seus eventuais déficits sem a necessidade de contribuições adicionais por parte dos participantes e patrocinadoras. A entrada em vigência das novas medidas foi imediata, ou seja, valem já para o exercício de 2015.





---

# INSTITUCIONAL

---

"Muitas companhias não são bem-sucedidas no longo prazo. O que elas fazem de fundamentalmente errado? Normalmente esquecem o futuro"

*Larry Page,  
co-fundador da Google*

## 4. GESTÃO DE BENEFÍCIOS

### 4.1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB (CNPB Nº 1979.0022-74) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e tem como em-

presas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto. Na definição dos custos é considerada a solidariedade entre todas as empresas.

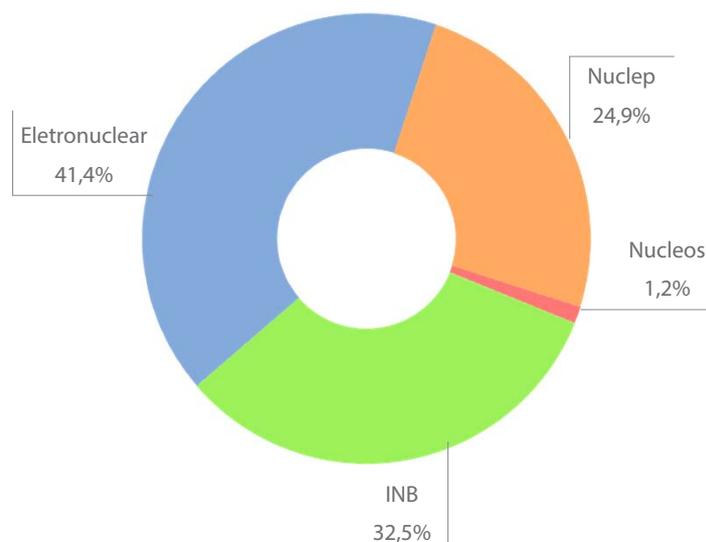
#### 4.1.1. PARTICIPANTES ATIVOS

No encerramento do exercício de 2015, o Nucleos contou com 3.582 participantes ativos, como demonstra o quadro abaixo (distribuição dos participantes ativos por patrocinadora e com a variação percentual em relação ao ano anterior):

Patrocinadora	2015	2014	Variação
INB	1.166	1.169	-0,26%
Eletronuclear	1.482	1.594	-7,03%
Nuclep	891	879	1,37%
Nucleos	43	47	8,51%
<b>TOTAL</b>	<b>3.582</b>	<b>3.689</b>	<b>-2,90%</b>

Observação: do total de 3.582 participantes em 2015, 33 são autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos), assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora, e 4 participantes estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

#### DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA



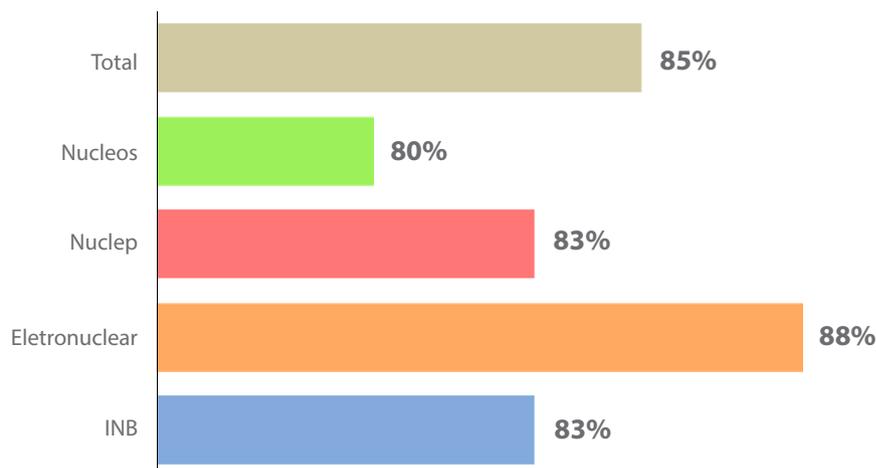
## 4.1.2. NOVOS PARTICIPANTES

A adesão dos funcionários das patrocinadoras ao Plano Básico de Benefícios em 2015 foi a seguinte:

Patrocinadora	Participantes	Empregados	Adesão
INB	1.157	1.390	83%
Eletronuclear	1.473	1.667	88%
Nuclep	884	1.066	83%
Nucleos	31	39	80%
<b>Total</b>	<b>3.545</b>	<b>4.162</b>	<b>85%</b>

Observação: na coluna "Participantes" foram desconsiderados os 33 autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos, assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora) e 4 participantes que estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

## PERCENTUAL DE ADESÃO AO PLANO



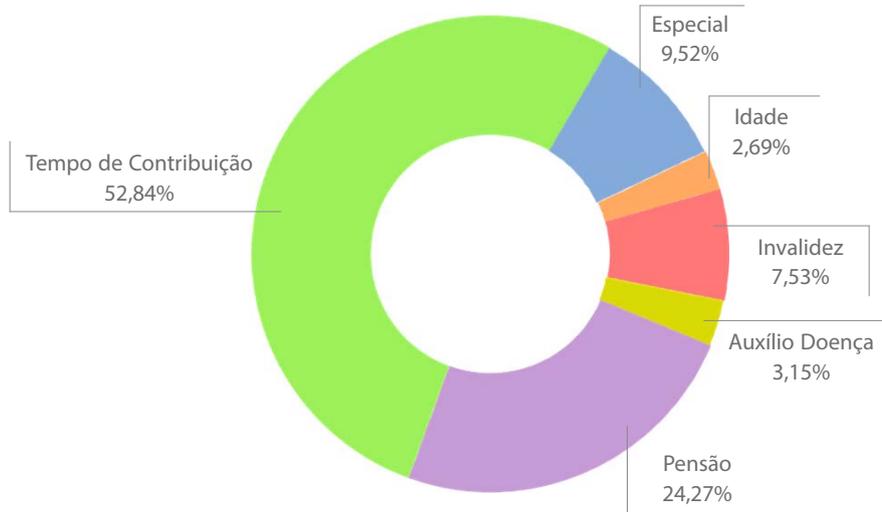
## 4.1.3. PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Em 31 de dezembro de 2015, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 1.302, o que significa um aumento de 10% em relação ao ano anterior.

Tipo de Benefício	2015	2014	Varição Anual
Tempo de Contribuição	688	590	17%
Especial	124	121	2%
Idade	35	34	3%
Invalidez	98	90	9%
Auxílio-Doença	41	52	-21%
Pensão	316	295	7%
<b>Total</b>	<b>1.302</b>	<b>1.182</b>	<b>10%</b>



## DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR TIPO DE BENEFÍCIOS



### 4.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

A avaliação atuarial propriamente dita consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o regulamento do Plano Básico de Benefícios.

A avaliação atuarial anual de 2015 foi realizada pela empresa de assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucleos, a Gama Consultores Associados, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e em consonância com as Leis Complementares 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos, na data

base de 30 de junho de 2015. Com base nesta avaliação atuarial, foi apurado o plano de custeio de 2016, aprovado pelo Conselho Deliberativo em 15 de fevereiro de 2016, para vigorar no período de 01/04/2016 a 31/03/2017.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Gama encontra-se disponível neste relatório.

Em relação à paridade contributiva, para o plano de custeio de 2016, ficou estabelecido que mensalmente dever ser verificada a equivalência entre os valores de contribuição normal efetivamente aportados pelos participantes e patrocinadores, procedendo-se aos ajustes financeiros necessários. Desse modo, fica garantida que a contribuição do patrocinador não superará o limite da paridade contributiva.

Para informações sobre a paridade contributiva na vigência do plano de custeio de 2015, pedimos observar o item específico em “Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas”, disponível neste Relatório Anual de Informações.





---

# GESTÃO DE INVESTIMENTOS

---

“Nenhum vento sopra a favor  
de quem não sabe para onde ir”

**Lucio Anneo Séneca,**  
*escritor e filósofo da Roma Antiga*

## 5. CONSIDERAÇÕES SOBRE O CENÁRIO ECONÔMICO – 2015

A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus beneficiários recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano.

No ano de 2015 a taxa de juros adotada na avaliação atuarial pelo Nucleos foi de 5,75%, que, conjugada com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de 11,28%, resultou num compromisso de rendimento mínimo de 17,67%.

Podemos dizer, sem sombra de dúvidas, que nos deparamos diante de um número bastante difícil para ser atingido, não apenas pelo elevado índice de inflação, como também considerando o ambiente adverso vivenciado nos campos econômico e político.

A título de lembrança, no ano de 2015 convivemos com várias preocupações, vindas da China, os sinais claros de desaquecimento da sua economia e o impacto negativo sobre preço e demanda das commodities; nos EUA, a preocupação que persistiu ainda naquele ano, com a perspectiva de alta dos juros americanos e os seus impactos sobre as demais economias e os seus ativos financeiros; no Brasil, inflação em patamar bem superior à meta, juros elevados, mercado de crédito restrito, crescimento econômico bastante decepcionante, situação fiscal muitíssimo delicada, e tudo isso conjugado com os desdobramentos da operação Lava-Jato, gerando uma crise política sem precedentes. Em decorrência desse cenário desfavorável, o Nucleos encerrou o ano com uma rentabilidade de 6,69%, ou seja, 10,98% inferior à meta atuarial.

Abaixo, quadro com a rentabilidade do Nucleos frente aos principais ativos financeiros.

	2014	2015
CDI	10,81%	13,23%
Dólar Ptax Venda	13,39%	47,01%
Ibovespa	-2,91%	-13,31%
IMA-B	14,54%	8,88%
Poupança	7,08%	8,07%
Meta Atuarial	12,34%	17,67%
INPC	6,23%	11,28%
Juros	5,75%	5,75%

CDI – Taxa média diária utilizada como referencial para o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essa taxa também é utilizada como referencial para avaliar a rentabilidade das aplicações em fundos de investimento.

Dólar Ptax – Cotação do Dólar calculada pelo Banco Central do Brasil, através da média ponderada do fechamento do câmbio dos negócios realizados no mercado interbancário.

Ibovespa – Indicador do desempenho médio das ações das principais empresas negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Mais importante indicador do comportamento do mercado acionário no Brasil.

IMA-B – Índice de Mercado ANBIMA categoria B é um índice baseado em uma carteira teórica composta de Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs), que são títulos públicos que remuneram o investidor com uma taxa de juros pré-fixada + a variação do IPCA no período.

Poupança – Poupança Financeira é o principal veículo de investimento utilizado pela população. Financia investimentos em infraestrutura habitacional.

Meta Atuarial – A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus beneficiários recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano. A meta atuarial é composta pela taxa de juros conjugada com o índice de inflação (INPC).

INPC – Índice de inflação calculado pelo IBGE nas 11 regiões de maior produção econômica entre famílias com rendimento mensais compreendidos entre 1 e 5 salários mínimos.

Juros – Taxa de juros real adotada pelo plano de benefícios.

## 6. POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

A Política de Investimentos apresenta a descrição das principais práticas e diretrizes para os investimentos a serem implementadas ao longo de 5 anos. Ela



obedece aos parâmetros estabelecidos nas regulamentações pertinentes às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, definidas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Políticas de Investimentos do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa do Nucleos para o período de 2016 a 2020 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 23 de novembro de 2015, e suas íntegras estão disponibilizadas em nosso website, em Gestão dos Recursos > Investimentos > Políticas de Investimentos.

No tocante à taxa real de juros do plano de benefícios, relevantes modificações foram definidas pelos órgãos reguladores. No dia 15 de abril de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria Previc nº 197/2015, que estabeleceu os limites inferior e superior para a taxa real de juros de acordo com a *duration* (prazo médio de vencimento) do plano de benefícios. Em função da *duration* do PBB em 31 de dezembro de 2014, a taxa real de juros para a avaliação atuarial do exercício de 2015 ficou compreendida no intervalo de 3,80% a 5,83%, para que possa ser adotada sem necessidade de prévia autorização da Previc.

Estudo desenvolvido pela empresa Gama Consultores Associados apontou que o Nucleos, valendo-se das prerrogativas descritas na Instrução Previc 01, de 12/04/2013, poderia pleitear a utilização da taxa de juros até o limite de 6,65%. No entanto, por prudência e conservadorismo, o Instituto adotará a taxa de juros de 5,83% para o ano de 2016, correspondente ao limite superior da taxa parâmetro indicado na Portaria Previc nº 197/2015.

## 7. ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTOS

### 7.1. ESTUDO DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS

A metodologia empregada é o ALM (*Asset Liability*

*Management*). O estudo de ALM permite a projeção da posição financeira do plano com a carteira atual e tem o objetivo de encontrar um conjunto de carteiras teóricas que maximize o retorno dos investimentos, considerando a necessidade de cobertura do passivo. A evolução do ativo foi feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados às classes de ativos que representam as opções de investimentos do plano. O passivo foi projetado levando-se em conta as hipóteses adotadas nos cálculos atuariais que servem de base para a definição do plano de custeio (instrumento que define os recursos necessários para o pagamento de todas as aposentadorias e pensões até a data estimada do pagamento do último benefício devido).

O processo de macroalocação, norteado pelo equilíbrio do plano de benefícios, permite definir onde aplicar os recursos desse plano, considerando os cenários macroeconômicos dos investimentos, as relações de risco e retorno das diversas classes de ativos e das características do passivo atuarial. Dessa forma, também, orientará as decisões de alocações estratégicas, fornecendo metas e níveis de alocação entre segmentos e classes de ativos.

O estudo de ALM do Nucleos foi elaborado pela Aditus Consultoria Financeira Ltda.

A base dos cenários construídos é a reunião das seguintes informações: expectativas divulgadas pelo Relatório Focus, utilizadas para o curto prazo; expectativas de mercado, para o médio e longo prazos e premissas sobre as diversas classes de ativos, baseadas no comportamento histórico do mercado brasileiro.

As fontes de dados utilizadas no estudo foram: Sistema Econômica (séries históricas de indicadores); Bloomberg (séries históricas); Indicadores econômicos do Bacen (projeções macroeconômicas); Curvas de mercado da BM&F Bovespa e base de dados dos fundos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Os dados sobre volatilidade e correlação dos diversos fatores de risco também são baseados na observação

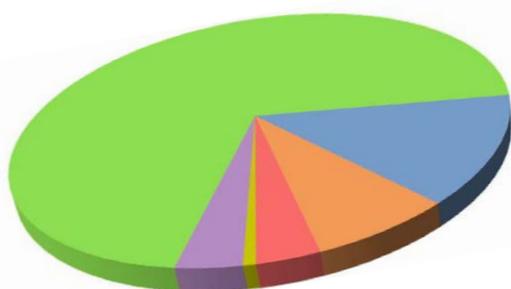


das séries históricas desses mesmos fatores de risco utilizando as fontes acima descritas.

## 7.2. COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SEGMENTO

### 7.2.1. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS PBB

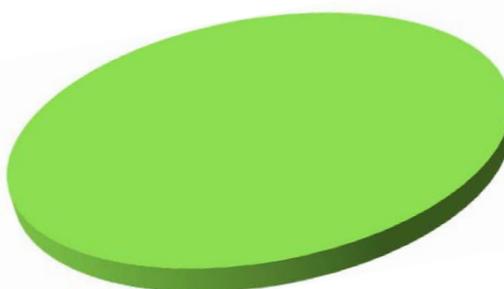
QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PBB



- Renda Fixa - 72,47%
- Renda Variável - 12,73%
- Investimentos Estruturados - 7,15%
- Imóveis - 3,35%
- Empréstimos - 0,66%
- Outros - 3,64%

### 7.2.2. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PGA

QUADRO SEGMENTADO DOS INVESTIMENTOS - PGA



- Renda Fixa - 100,00%



## 8. INFORMAÇÕES GERAIS

### 8.1. CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

#### PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

##### RECURSOS GARANTIDORES DO PBB

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	(%)	2014	(%)
<b>Renda Fixa</b>	<b>1.481.955</b>	<b>72,48</b>	<b>1.312.672</b>	<b>69,87</b>
Certificado de Depósito Bancário	7.035	0,34	6.169	0,33
Quotas de Fundos de Renda Fixa	810.347	39,63	700.750	37,29
Quotas de Fundos de Multimercado	653.988	31,98	596.275	31,74
Debêntures não Conversíveis	10.585	0,52	9.478	0,51
<b>Renda Variável</b>	<b>260.311</b>	<b>12,73</b>	<b>264.319</b>	<b>14,06</b>
Quotas de Fundos de Investimento	260.311	12,73	264.319	14,06
<b>Investimento Estruturado</b>	<b>146.277</b>	<b>7,15</b>	<b>150.335</b>	<b>8,00</b>
Quotas de Fundos de Investimento em Participações	83.273	4,07	91.834	4,89
Quotas de Fundos de Multimercado	63.004	3,08	58.500	3,11
<b>Investimento Imobiliários</b>	<b>68.447</b>	<b>3,35</b>	<b>69.349</b>	<b>3,69</b>
<b>Empréstimos aos Participantes</b>	<b>13.500</b>	<b>0,66</b>	<b>12.457</b>	<b>0,66</b>
<b>Outros</b>	<b>74.372</b>	<b>3,64</b>	<b>71.134</b>	<b>3,78</b>
Total dos Investimentos	2.044.862	-	1.880.265	-
<b>(+) Disponível</b>	<b>247</b>	<b>0,01</b>	<b>4.295</b>	<b>0,23</b>
<b>(-) Exigibilidade dos Investimentos</b>	<b>-381</b>	<b>-0,02</b>	<b>-5.476</b>	<b>-0,29</b>
<b>(=) Total dos Recursos</b>	<b>2.044.728</b>	<b>100,00</b>	<b>1.879.085</b>	<b>100,00</b>

#### PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

##### RECURSOS GARANTIDORES DO PGA

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	(%)	2014	(%)
<b>Renda Fixa</b>	<b>8.729</b>	<b>99,93</b>	<b>5.995</b>	<b>99,90</b>
Quotas de Fundos de Renda Fixa	8.729	99,93	253	4,22
Quotas de Fundos de Multimercado	-	-	5.742	95,68
Total dos Investimentos	8.729	-	5.995	-
<b>(+) Disponível</b>	<b>6</b>	<b>0,07</b>	<b>6</b>	<b>0,10</b>
<b>(=) Total dos Recursos</b>	<b>8.735</b>	<b>100,00</b>	<b>6.001</b>	<b>100,00</b>



## 8.2. INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

### RECURSOS GARANTIDORES PBB

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2015)	% RECURSOS GARANTIDORES (PBB)
Nucleos I Brasil Plural FIM	Renda Fixa	326.871	15,99%
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	163.277	7,99%
Nucleos III Brasil Plural FIA	Renda Variável	121.237	5,93%
Nucleos IV Santander FIA	Renda Variável	44.642	2,18%
Nucleos V ALM FI RF LP	Renda Fixa	325.140	15,90%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Renda Fixa	321.930	15,74%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Renda Fixa	327.118	16,00%
Apex Ações 30 FIC FIA	Renda Variável	18.027	0,88%
BTG Pactual Absoluto Institucional FIC FIA	Renda Variável	19.489	0,95%
Ibiúna Equities FIC FIA	Renda Variável	19.507	0,95%
GáveaAções FIC FIA	Renda Variável	18.815	0,92%
JGP Explorer Institucional FIA	Renda Variável	18.595	0,91%
Safra Galileo FIM	Estruturado	20.181	0,99%
GAP Long and Short FIM	Estruturado	21.098	1,03%
Gávea Macro FIC FIM	Estruturado	21.725	1,06%
Energia PCH FIP	Estruturado	6.121	0,30%
CRT FIP	Estruturado	77.152	3,77%
<b>TOTAL TERCEIRIZADO</b>		<b>1.870.923</b>	<b>91,50%</b>
<b>GESTÃO INTERNA</b>			
Carteira Própria	Renda Fixa	17.620	0,86%
Carteira Própria	Imóveis	68.447	3,35%
Carteira Própria	Empréstimos	13.500	0,66%
<b>TOTAL GESTÃO INTERNA</b>		<b>99.567</b>	<b>4,87%</b>
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS</b>		<b>3.189</b>	<b>0,16%</b>
<b>OUTROS REALIZÁVEIS</b>		<b>71.183</b>	<b>3,48%</b>
<b>DISPONÍVEL - EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>		<b>-133</b>	<b>-0,01%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>2.044.728</b>	<b>100,00%</b>

### RECURSOS GARANTIDORES PGA

Em milhares de Reais

INVESTIMENTO	SEGMENTO	PATRIMÔNIO (DEZEMBRO 2015)	% RECURSOS (PGA)
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	8.606	98,52%
Votorantim Institucional RF	Renda Fixa	123	1,41%
<b>TOTAL TERCEIRIZADO</b>		<b>8.729</b>	<b>99,93%</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>6</b>	<b>0,07%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>8.735</b>	<b>100,00%</b>

Observação: Recursos Garantidores – De acordo com a Instrução MPS/Previc nº 1, de 13 de abril de 2010, consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de

Previdência Complementar os ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.



### 8.3. RENTABILIDADE BRUTA E LÍQUIDA POR SEGMENTO

#### SEGMENTOS DE INVESTIMENTOS DO PBB

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)	META ATUARIAL (%)
Renda Fixa	8,69	8,58	17,67
Renda Variável	1,20	0,75	
Investimentos Estruturados	1,71	1,29	
Imóveis	8,74	7,75	
Empréstimos	21,63	20,61	

#### SEGMENTO DE INVESTIMENTO DO PGA

SEGMENTO	RENTABILIDADE BRUTA (%)	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	14,18	13,10

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados foram consideradas as seguintes despesas: Controladoria, Gestão Custódia, Taxa de Performance, Taxa de Administração, Taxa CVM, Taxa Cetip, Taxa CBLC, Taxa Selic, Taxa Anbima, Taxa de Bolsa / Corretagem, Despesas de Cartório, Despesas de Auditoria e Taxa de Permanência.

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Imóveis e Empréstimos foram consideradas as despesas diretas de investimento dos respectivos segmentos. A rentabilidade bruta do segmento de empréstimos excluiu efeitos líquido das despesas judiciais, menos a recuperação dessas despesas.

### 8.4. RENTABILIDADE LÍQUIDA POR SEGMENTO E GLOBAL

#### SEGMENTOS DE INVESTIMENTOS DO PBB

SEGMENTO	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	8,58
Renda Variável	0,75
Investimento Estruturado	1,29
Imóveis	7,75
Empréstimo	20,61
<b>CARTEIRA GLOBAL</b>	<b>6,69</b>
<b>META ATUARIAL</b>	<b>17,67</b>

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 2010, ano após ano, observamos uma evolução crescente dos déficits das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Foram vá-

rios os fatores, mas uma das principais causas pode ser atribuída às diversas dificuldades impostas pela conjuntura econômica brasileira e internacional e outra, mais recentemente, ao cenário político nacional e aos desdobramentos da operação Lava-Jato.



A situação, aos olhos do governo e dos agentes desse mercado, não é de insolvência, mas o setor necessitava de regras mais flexíveis visando ao equacionamento do déficit, e conseguiu. A partir de 2016, as EFPCs seguirão novas regras no que diz respeito à solvência dos planos de benefícios. Com a mudança, aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc), no dia 25 de novembro de 2015, o equacionamento dos déficits dos fundos de pensão passará a ser feito de acordo com a *duration* (prazo médio de vencimento) dos planos – termo utilizado para indicar o tempo médio de pagamento de benefícios aos participantes.

Ou seja, com essas novas regras, as entidades terão mais tempo para solucionar o déficit, de acordo com o prazo de pagamento dos benefícios (quanto maior o prazo, maior a tolerância).

Como resultado prático, planos com *duration* maior, que é o caso do Nucleos, terão um prazo maior para equacionamento do déficit. Isso permite, inclusive, não cobrar taxas extras dos participantes agora, e talvez desnecessariamente, haja vista que o déficit poderá ser solucionado mais adiante com o resultado das aplicações feitas a longo prazo, segundo a conjuntura econômica.

Pela norma antiga, os fundos eram obrigados a adotar uma alternativa (aporte financeiro da patrocinadora e dos participantes) para cobrir o déficit, se o resultado negativo se repetisse por três anos consecutivos, e no caso de déficit superior a 10% das reservas, o equacionamento precisaria ser feito já no ano seguinte.

Os quadros abaixo ilustram a evolução do déficit técnico do Nucleos, considerando a nova normatização.

Exercício	Déficit acumulado	Provisões matemáticas (PMAT)	% déficit s/ PMAT
2013	273.446	2.138.925	12,78
2014	152.640	2.385.669	6,40
2015	83.363	2.513.228	3,32



Quanto aos investimentos, depois de um ano muito movimentado, em que o Brasil se viu em meio à crise econômica e política, a expectativa para 2016 é de mais dificuldades em meio a muitas incertezas.

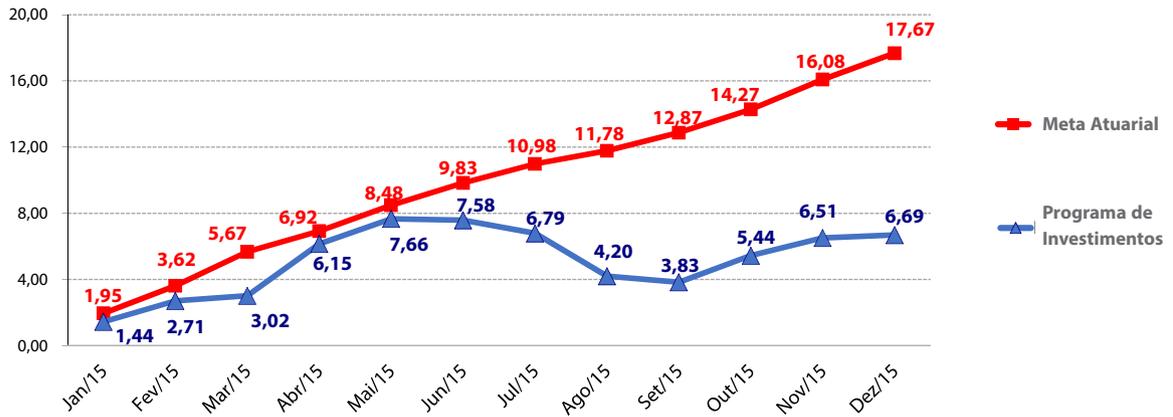
No que diz respeito aos dados econômicos, o quadro de contração econômica, inflação elevada e deterioração fiscal se mantém – na nossa avaliação – ao longo do ano de 2016.

Para 2016, vislumbra-se um ambiente político instável, de continuidade de uma relação conflituosa entre o Congresso e o Governo, com reflexos na aprovação de medidas importantes de cunho fiscal.

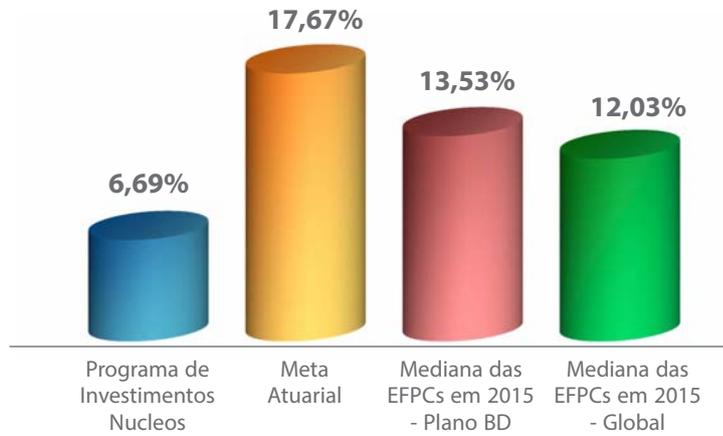
No front externo, destacam-se as preocupações com o enfraquecimento da economia chinesa, com a deterioração dos mercados emergentes e, por conseguinte, seus efeitos na economia mundial.

Esses sinais anunciam mais um ano desafiador para os investimentos, indicando que uma das ações mais importantes é manter a serenidade, evitando tomar decisões precipitadas. Nesse sentido, tentar entender o cenário econômico nacional e internacional, contar com toda a estrutura que está ao nosso alcance, seja através das consultorias na área econômica, na área de risco e mercado e aproveitar o conhecimento dos nossos gestores será fundamental para tomar as melhores decisões de investimentos.

**META ATUARIAL VS PROGRAMA DE INVESTIMENTOS  
EVOLUÇÃO ACUMULATIVA EM 2015**



**PROGRAMA DE INVESTIMENTOS NUCLEOS vs EFPCs  
RENTABILIDADE ACUMULADA EM 2015 (DEZEMBRO)**



Fonte: RiskOffice / Nucleos





---

# RESULTADOS

---

"Não tenha medo de desistir do bom  
para perseguir o ótimo"

***John D. Rockefeller,**  
fundador da Standard Oil Company*

# R E S U L T A D O S

## 10. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

### 10.1. CONSOLIDADO

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

ATIVO	NOTA	2015	2014
<b>Disponível</b>	<b>4</b>	<b>253</b>	<b>4.301</b>
<b>Realizável</b>		<b>2.443.181</b>	<b>2.245.551</b>
Gestão previdencial	5	389.375	358.131
Gestão administrativa	6	215	237
Investimentos	7	2.053.591	1.887.183
Créditos privados e depósitos		17.620	15.647
Fundos de investimento		1.879.652	1.718.596
Investimentos imobiliários		68.447	69.349
Empréstimos e financiamentos		13.500	12.457
Depósitos judiciais/recursais		3.189	8.077
Outros realizáveis		71.183	63.057
<b>Permanente</b>	<b>8</b>	<b>448</b>	<b>626</b>
Imobilizado		398	557
Intangível		50	69
<b>Total do ativo</b>		<b>2.443.882</b>	<b>2.250.478</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL	NOTA	2015	2014
<b>Exigível operacional</b>	<b>9</b>	<b>3.527</b>	<b>3.675</b>
Gestão previdencial		2.147	2.300
Gestão administrativa		1.306	1.301
Investimentos		74	74
<b>Exigível contingencial</b>	<b>10</b>	<b>960</b>	<b>5.846</b>
Gestão previdencial		265	286
Gestão administrativa		388	158
Investimentos		307	5.402
<b>Patrimônio social</b>		<b>2.439.395</b>	<b>2.240.957</b>
<b>Patrimônio de cobertura do plano</b>	<b>11</b>	<b>2.429.865</b>	<b>2.233.029</b>
<b>Provisões matemáticas</b>		<b>2.513.228</b>	<b>2.385.669</b>
Benefícios concedidos		823.534	548.853
Benefícios a conceder		1.723.013	1.875.813
(-) Provisões matemáticas a constituir		(33.319)	(38.997)
<b>Equilíbrio técnico</b>		<b>(83.363)</b>	<b>(152.640)</b>
Resultados realizados		(83.363)	(152.640)
(-) Déficit técnico acumulado		(83.363)	(152.640)
<b>Fundos</b>	<b>12</b>	<b>9.530</b>	<b>7.928</b>
Fundos administrativos		7.704	6.328
Fundos dos investimentos		1.826	1.600
<b>Total do passivo e patrimônio social</b>		<b>2.443.882</b>	<b>2.250.478</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Patrimônio social - início do exercício</b>	<b>2.240.957</b>	<b>1.880.365</b>	<b>19,18</b>
<b>1. Adições</b>	<b>459.888</b>	<b>590.024</b>	<b>-22,06</b>
Contribuições previdenciais	312.160	273.463	14,15
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	131.362	301.356	-56,41
Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	46	203	-77,34
Receitas administrativas	15.023	13.843	8,52
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	1.071	738	45,12
Constituição de fundos de investimento	226	421	-46,32
<b>2. Destinações</b>	<b>(261.450)</b>	<b>(229.432)</b>	<b>13,96</b>
Benefícios	(246.732)	(215.594)	14,44
Despesas administrativas	(14.479)	(13.683)	5,82
Constituição líquida de contingências - Gestão administrativa	(239)	(155)	54,19
<b>3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)</b>	<b>198.438</b>	<b>360.592</b>	<b>-44,97</b>
Provisões matemáticas	127.559	246.744	-48,30
Superávit técnico do exercício	69.277	120.806	-42,65
Fundos previdenciais	-	(8.122)	-100,00
Fundos administrativos	1.376	743	85,20
Fundos dos investimentos	226	421	-46,32
<b>B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)</b>	<b>2.439.395</b>	<b>2.240.957</b>	<b>8,86</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	<b>6.328</b>	<b>5.585</b>	<b>13,30</b>
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>16.094</b>	<b>14.581</b>	<b>10,38</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>16.094</b>	<b>14.581</b>	<b>10,38</b>
Custeio administrativo da gestão previdencial	13.213	12.145	8,79
Custeio administrativo dos investimentos	1.723	1.568	9,89
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	62	64	-3,13
Receitas diretas	25	37	-32,43
Resultado positivo líquido dos investimentos	1.071	738	45,12
Outras receitas	-	29	-100,00
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>14.479</b>	<b>13.683</b>	<b>5,82</b>
<b>2.1. Administração previdencial</b>	<b>7.763</b>	<b>7.389</b>	<b>5,06</b>
Pessoal e encargos	4.781	4.295	11,32
Treinamentos/congressos e seminários	84	64	31,25
Viagens e estadias	82	79	3,80
Serviços de terceiros	1.286	1.464	-12,16
Despesas gerais	915	879	4,10
Depreciações e amortizações	120	135	-11,11
Tributos (i)	495	473	4,65
<b>2.2. Administração dos investimentos</b>	<b>6.716</b>	<b>6.294</b>	<b>6,70</b>
Pessoal e encargos	4.240	3.808	11,34
Treinamentos/congressos e seminários	75	57	31,58
Viagens e estadias	72	70	2,86
Serviços de terceiros	972	1.039	-6,45
Despesas gerais	812	780	4,10
Depreciações e amortizações	107	120	-10,83
Tributos (i)	438	420	4,29
<b>3. Constituição de contingências administrativas (ii)</b>	<b>239</b>	<b>155</b>	<b>54,19</b>
<b>4. Reversão de recursos para o plano de benefícios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Resultado negativo líquido dos investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>6. Sobra da gestão administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>1.376</b>	<b>743</b>	<b>85,20</b>
<b>7. Constituição do fundo administrativo (6)</b>	<b>1.376</b>	<b>743</b>	<b>85,20</b>
<b>B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)</b>	<b>7.704</b>	<b>6.328</b>	<b>21,74</b>

(i) Na demonstração do plano de gestão administrativa do exercício de 2014, os valores do grupo de despesa "tributos" foram adicionados ao grupo "despesas gerais", conforme orientações da Previc, por meio do Ofício Circular nº 001/2015/CGMC/DIACE/PREVIC. Em 2015, a demonstração do plano de gestão administrativa foi adaptada, com a inclusão do grupo de despesa "tributos", conforme Instrução Previc nº 25, de 17/12/2015.

(ii) As informações da demonstração do plano de gestão administrativa do exercício de 2015 foram adequadas às alterações promovidas pela Instrução Previc nº 25, de 17/12/2015. Na demonstração do plano de gestão administrativa do exercício de 2014, essa informação foi apresentada no grupo de "despesas administrativas".

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



## 10.2. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>2.442.188</b>	<b>2.249.019</b>	<b>8,59</b>
Disponível	247	4.295	-94,25
Recebível	397.079	364.459	8,95
Investimento	2.044.862	1.880.265	8,75
Créditos privados e depósitos	17.620	15.647	12,61
Fundos de investimento	1.870.923	1.711.678	9,30
Investimentos imobiliários	68.447	69.349	-1,30
Empréstimos e financiamentos	13.500	12.457	8,37
Depósitos judiciais/recursais	3.189	8.077	-60,52
Outros realizáveis	71.183	63.057	12,89
<b>2. Obrigações</b>	<b>2.793</b>	<b>8.062</b>	<b>-65,36</b>
Operacional	2.221	2.374	-6,44
Contingencial	572	5.688	-89,94
<b>3. Fundos não previdenciais</b>	<b>9.530</b>	<b>7.928</b>	<b>20,21</b>
Fundos administrativos	7.704	6.328	21,74
Fundos dos investimentos	1.826	1.600	14,13
<b>4. Resultados a realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>5. Ativo líquido (1-2-3-4)</b>	<b>2.429.865</b>	<b>2.233.029</b>	<b>8,81</b>
Provisões matemáticas	2.513.228	2.385.669	5,35
Déficit técnico	(83.363)	(152.640)	-45,39

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
<b>A) Ativo líquido - início do exercício</b>	<b>2.233.029</b>	<b>1.873.601</b>	<b>19,18</b>
<b>1. Adições</b>	<b>456.781</b>	<b>587.167</b>	<b>-22,21</b>
Contribuições previdenciais	325.373	285.608	13,92
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	131.362	301.356	-56,41
Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	46	203	-77,34
<b>2. Destinações</b>	<b>(259.945)</b>	<b>(227.739)</b>	<b>14,14</b>
Benefícios	(246.732)	(215.594)	14,44
Custeio administrativo	(13.213)	(12.145)	8,79
<b>3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>196.836</b>	<b>359.428</b>	<b>-45,24</b>
Provisões matemáticas	127.559	246.744	-48,30
Fundos previdenciais	-	(8.122)	-100,00
Superávit técnico do exercício	69.277	120.806	-42,65
<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>2.429.865</b>	<b>2.233.029</b>	<b>8,81</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>9.530</b>	<b>7.928</b>	<b>20,21</b>
Fundos administrativos	7.704	6.328	21,74
Fundos dos investimentos	1.826	1.600	14,13

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO**

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

DESCRIÇÃO	2015	2014	VARIAÇÃO (%)
<b>Provisões técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>2.434.484</b>	<b>2.242.691</b>	<b>8,55</b>
<b>1. Provisões matemáticas</b>	<b>2.513.228</b>	<b>2.385.669</b>	<b>5,35</b>
1.1. Benefícios concedidos	823.534	548.853	50,05
Benefício definido	823.534	548.853	50,05
1.2. Benefícios a conceder	1.723.013	1.875.813	-8,15
Benefício definido	1.723.013	1.875.813	-8,15
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(33.319)	(38.997)	-14,56
(-) Serviço passado	(33.319)	(38.997)	-14,56
(-) Patrocinadores	(33.319)	(38.997)	-14,56
<b>2. Equilíbrio técnico</b>	<b>(83.363)</b>	<b>(152.640)</b>	<b>-45,39</b>
2.1. Resultados realizados	(83.363)	(152.640)	-45,39
(-) Déficit técnico acumulado	(83.363)	(152.640)	-45,39
<b>3. Fundos</b>	<b>1.826</b>	<b>1.600</b>	<b>14,13</b>
3.1. Fundos previdenciais	-	-	-
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	1.826	1.600	14,13
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>2.221</b>	<b>2.374</b>	<b>-6,44</b>
4.1. Gestão previdencial	2.147	2.300	-6,65
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	74	74	-
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>572</b>	<b>5.688</b>	<b>-89,94</b>
5.1. Gestão previdencial	265	286	-7,34
5.2. Investimentos - Gestão previdencial	307	5.402	-94,32

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.





---

# PARECERES

---

"Quem não tem confiança  
nos outros, não lhes pode  
ganhar a confiança"

*Lao-Tsé,  
filósofo*

## 11. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AOS ADMINISTRADORES, PARTICIPANTES E PATROCINADORES  
NUCLEOS – INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

### Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.4, a Entidade reconheceu, em 2014, valor a receber da União relacionado à atualização monetária de OFND – Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, cujo saldo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 53.349 mil (2014 – R\$ 46.389 mil). O valor reconhecido relaciona-se a processo judicial movido pela Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar – ABRAPP contra a União Federal, que transitou em julgado em 2010 em favor das entidades de previdência complementar, no entanto foi objeto de ação rescisória, jul-



gada improcedente em primeira instância, que se encontra, presentemente, em fase de julgamento pelos tribunais superiores dos recursos interpostos pela União. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, um ativo cuja confirmação final depende de eventos não totalmente sob o controle da entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade. Consequentemente, o patrimônio social e o saldo de "Outros realizáveis" em 31 de dezembro de 2015 encontram-se apresentados a maior em R\$ 53.349 (2014 – R\$ 46.389 mil), e o superávit do exercício findo nessa data está apresentado a maior em R\$ 6.960 mil (2014 – R\$ 46.389 mil).

### Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda  
Contadora CRC 1RJ087128/O-0



## 12. PARECER ATUARIAL

### 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e alterações posteriores, a GAMA Consultores Associados apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do **Plano Básico de Benefícios**, também denominado neste documento de Plano, administrado e executado pelo **NUCLEOS – Instituto de Seguridade Social e patrocinado pela Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e pelo próprio NUCLEOS**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do Plano de Custeio.

O **Plano Básico de Benefícios** está registrado na PREVIC sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº 1979.0022-74. O Plano encontra-se aberto a novas adesões e possui todos os seus benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), caracterizando-se, conforme Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, como um plano de benefícios da modalidade de Benefício Definido (BD).

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, posicionada em 30/06/2015, conforme apresentada no **Relatório GAMA 105 – RE 182/15**, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano, considerando a última alteração regulamentar aprovada pela Portaria Previc nº 631 de 04/11/2011 publicada no D.O.U de 07/11/2011, assim como os dados individualizados dos Participantes e Assistidos e as informações contábeis e patrimoniais do Plano, levantados e informados pelo Instituto, posicionados na data base de **30/06/2015**.

As Provisões Matemáticas, bem como os resultados constantes deste parecer, foram reposicionados para **31/12/2015**, data de encerramento do exercício, a partir da Avaliação Atuarial procedida na data base de 30/06/2015, reposicionando-se os salários e benefícios para o encerramento do exercício e confrontando-se os resultados das Provisões calculadas em 31/12/2015 com as informações contábeis e patrimoniais do Plano, posicionadas na mesma data.

As informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório **GAMA 105 – RE 182/15**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do **Plano Básico de Benefícios** posicionada em 30/06/2015, tendo sido utilizadas as mesmas premissas descritas no Relatório neste reposicionamento para **31/12/2015**.

Ressalta-se que, para o **Plano Básico de Benefícios**, observou-se a existência de um único Grupo de Custeio, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Adicionalmente, e em face do NUCLEOS não ter informado nenhum fato relevante para este plano, em conformidade com a correspondência **GAMA 105 CT 169/15** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2015, exceto pela correspondência DB-040/2015, pela qual o processo de alteração regulamentar que visa o fechamento do **Plano Básico de Benefícios** foi notificado, consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da GAMA, em relação aos planos administrados pelo Instituto.



## 2 RESULTADOS ATUARIAIS

### 2.1 EM RELAÇÃO AO GRUPO DE CUSTEIO: GERAL

#### 2.1.1 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial **GAMA 105 – RE 182/15**, o custo normal médio do Plano, na data da Avaliação Atuarial anual, 30/06/2015, estava mensurado em **14,84%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo, apurado de acordo com os regimes financeiros e os métodos de financiamento adotados para os benefícios assegurados pelo Plano, neste não inclusa a amortização relativa ao serviço passado, esta equivalente ao custo médio de **2,05%** da Folha de Salários de Participação, líquido de taxa de carregamento administrativo.

Comparativamente ao exercício anterior, houve um incremento do custo do Plano de **0,75** pontos percentuais, o qual, em 2014, registrou a alíquota de **16,14%**, em 31/12/2014, também líquida de taxa de carregamento. Tal variação foi influenciada pela redução no número de participantes ativos do Plano (mudanças cadastrais), bem como às alterações das premissas de rotatividade e taxa de juros, conforme exposto no Relatório da Avaliação Atuarial anual **GAMA 105 – RE 182/15**.

#### 2.1.2 VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos montam, em 31/12/2015, em **R\$823.534.282,00** comparativamente ao montante de **R\$548.852.745,00** apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2014. Conforme Relatório **GAMA 105 – RE 182/15**, o aumento nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos é motivado pela concessão de novos benefícios, bem como pelo aumento do valor médio dos benefícios pagos, o qual superou a redução das reservas decorrente da alteração da taxa de juros utilizada no Plano e a involução natural das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedi-

dos dada pelo envelhecimento e por óbitos esperados na população do Plano. Dessa forma, observou-se um aumento total dos Benefícios Concedidos na ordem de **50,05%**.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder montam, em 31/12/2015, em **R\$1.723.013.510,00** comparativamente ao montante de **R\$1.875.812.603,54** apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2014. A redução nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é motivada, principalmente, pela redução no número de ativos do Plano devido a concessões de aposentadorias e pedidos de resgate e portabilidade, bem como às alterações das premissas de rotatividade e taxa de juros. Dessa forma, observou-se uma redução total dos Benefícios a Conceder na ordem de **8,15%**.

As Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2015, **R\$33.319.416,99** comparativamente ao montante de **R\$38.996.927,50** apurado na Avaliação Atuarial de 31/12/2014. A redução das Provisões Matemáticas a Constituir, correspondente a 14,56%, é decorrente do pagamento das parcelas do valor do serviço passado durante o exercício de 2015.

#### 2.1.3 PRINCIPAIS RISCOS ATUARIAIS

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o **Plano Básico de Benefícios**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**. As hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2015 do **Plano Básico de Benefícios**, foram aprovadas pelo



NUCLEOS, sendo que o Instituto esteve subsidiado pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados por meio do Relatório **GAMA 105 – RE 150/15**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/06, e alterações posteriores.

#### 2.1.4 SOLUÇÕES PARA INSUFICIÊNCIA DE COBERTURA

O **Plano Básico de Benefícios** apresentou Déficit Técnico na data do reposicionamento da Avaliação Atuarial de 2015, no montante de **R\$83.363.174,25**, o que representa 3,32% das Provisões Matemáticas do Plano.

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC 22, de 25 de novembro de 2015, a qual alterou as Resoluções CGPC 26/2008 e CGPC 18/2006, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o déficit observado no encerramento do exercício seja superior a  $(1\% \times (\text{Duração do Passivo} - 4))$  das Provisões Matemáticas. Haja vista que a Duration do Plano em 2014 foi de 17,75 anos, o limite do déficit acumulado para o Plano Básico de Benefícios em 2015 é de **13,75%**.

Assim sendo, **não existe obrigatoriedade de equacionamento de déficit decorrente da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2015 para o Plano Básico de Benefícios.**

## 2.2 EM RELAÇÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS

### 2.2.1 QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

A base cadastral encaminhada pelo Instituto, posicionada em 30/06/2015 foi submetida a testes de consistência e, após ratificações/retificações, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação Atuarial, não sendo necessária a elaboração de hipóteses para suprir deficiências da base de dados para fins da Avaliação Atuarial anual.

### 2.2.2 REGRAS DE CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DOS FUNDOS PREVIDENCIAIS

Na Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2015, reposicionada para **31/12/2015**, o Plano não tinha constituído **Fundo Previdencial**.

### 2.2.3 VARIAÇÃO DO RESULTADO

Confrontando-se as obrigações do Passivo Atuarial, expressas pelo valor das **Provisões Matemáticas de R\$2.513.228.375,01**, em 31/12/2015, com o valor do **Patrimônio de Cobertura do Plano**, na mesma data, no montante de **R\$2.429.865.200,76**, verifica-se que a situação econômico-atuarial do Plano Básico de Benefícios apresentou Déficit Técnico acumulado de **R\$83.363.174,25**, em **31/12/2015**.

As variações das Provisões Matemáticas decorrente das causas expostas no item 2.1.2, culminaram na elevação de **5,35%** das Provisões Matemáticas totais do Plano, comparativamente à Avaliação Atuarial de Dezembro/2014.

O aumento do patrimônio de cobertura do plano de **8,81%**, conforme repassado pelo Instituto, configura em uma perda atuarial do Plano, uma vez que ficou abaixo da meta atuarial, que foi de **17,76%** entre janeiro/15 a dezembro/15.

Ainda que não tenha havido o cumprimento da meta atuarial entre os meses avaliados o plano teve, no período em análise, um superávit, uma vez que o déficit apurado entre as avaliações de 2014 e 2015 reduziu **45,39%**, sendo este resultado motivado pelo aumento das Provisões Matemáticas em patamar inferior à inflação do período (**11,28%**).

### 2.2.4 NATUREZA DO RESULTADO

No reposicionamento da Avaliação Atuarial de 2015, observa-se que o Plano apresentou déficit técnico oriundo, sobretudo, do Deficit apurado até a data da avaliação atuarial de encerramento do exercício de



2014, que era de **R\$152.639.585,52**, o qual, por sua vez, teve origem em 2013 e decorreu, principalmente, pelo fato de a rentabilidade dos investimentos não ter alcançado a meta atuarial daquele ano.

Tendo em vista não ser possível assegurar que esse fato tem caráter perene, atribui-se natureza **conjuntural** ao resultado.

### 2.2.5 SOLUÇÕES PARA EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT

Em conformidade com os ditames da Resolução CNPC 22, de 25 de novembro de 2015, a qual alterou as Resoluções CGPC 26/2008 e CGPC 18/2006, deverá ser elaborado plano de equacionamento caso o déficit observado no encerramento do exercício seja, no caso Plano Básico de Benefícios, superior a 13,75% das Provisões Matemáticas, não sendo, portanto, necessária a adoção de qualquer solução de equacionamento de déficit uma vez que este monta 3,32% das Provisões Matemáticas no encerramento do exercício de 2015.

### 2.2.6 ADEQUAÇÕES DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Adota-se, para o financiamento de todos os benefícios assegurados pelo Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o método de financiamento Agregado.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e alterações posteriores.

### 2.2.7 OUTROS FATOS RELEVANTES

1) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Instituto, uma pequena parcela destes estava contabilizada pela curva do papel e mantida até o vencimento, sendo que, para tal, o Instituto atestou a possibilidade da manutenção desses títulos até o vencimento, sem que haja prejuízo da liquidez e solvência do Plano;

2) Conforme observado no Balancete Contábil de 31/12/2015, verifica-se que o montante de **R\$388.570.949,61** não se encontra integralizado no Plano, uma vez que existem recursos a receber, dentre os quais destacam-se as Contribuições Contratadas de responsabilidade exclusiva das Patrocinadoras, cujo montante equivale, em 31/12/2015, a **R\$381.227.203,41**;

3) No encerramento do exercício de 2015, o Plano Básico de Benefícios não possuía qualquer Fundo Previdencial constituído. Já o Fundo dos Investimentos registrou o montante de **R\$1.825.467,58** e o Fundo Administrativo, **R\$7.704.179,76**, cuja contabilização e manutenção é de responsabilidade do NUCLEOS;

4) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2015, comparativamente às adotadas para o exercício de 2014, procederam-se às seguintes alterações:

- Rotatividade: **GAMA - Exp. Rotatividade - NUCLEOS** em substituição a Towers Watson - Exp. Rotatividade;
- Taxa de juros de **5,83% ao ano** em substituição à taxa de 5,75% ao ano;
- Entrada em morbidez: Adoção da tábua **GAMA Exp. NUCLEOS 2015**; e
- Fator de capacidade: **0,9774** em substituição a 0,9801.

## 3 PLANO DE CUSTEIO

O Plano de Custeio para o próximo exercício, proposto para ter o início de sua vigência em 01/04/2016, deverá ser aprovado pelo Conselho Deliberativo do NUCLEOS e pelas Patrocinadoras antes de sua aplicação, conforme normas vigentes, sendo sua observância indispensável para o equilíbrio e solvência do Plano, cabendo ao NUCLEOS zelar pela sua fruição, observados os prazos e ditames regulamentares, o qual fixa, em linhas gerais, o que se segue:



PLANO DE CUSTEIO			
CONTRIBUIÇÃO BÁSICA		ALÍQUOTA (%)	
	FAIXA SALARIAL	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2015	AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 2014
PARTICIPANTES <sup>(1)</sup>	P.G: Percentual geral incidente sobre o Salário de Participação	2,83%	2,83%
	P1: Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede meio Teto INSS	2,81%	2,81%
	P1: Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede um Teto INSS	5,70%	5,70%
PATROCINADORA <sup>(1)</sup>	Contribuição Normal	Paritária ao dos participantes	Paritária ao dos participantes
	Contribuição de Abono (paridade assistidos)	1,066%	0,66%
ASSISTIDOS <sup>(2)</sup>	Contribuição de Abono <sup>(3)</sup>	8,00%	8,00%

(1) Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de carregamento de 15% sobre a contribuição previdenciária, taxa esta definida pelo NUCLEOS.

(2) Pensionistas não vertem contribuição relativa ao abono.

(3) O valor percentual da Contribuição de Assistidos foi definido pelo NUCLEOS.

Dessa maneira, deverão ser aplicadas as seguintes taxas médias (brutas de taxa de carregamento) obtidas conforme Plano de Custeio apresentado acima:

TAXAS MÉDIAS	2015	2014
A - Patrocinadora (sobre salários)	11,14%	10,62%
A.1 - Custo Normal - Participantes Ativos (Paridade)	7,67%	7,70%
A.2 - Custo Normal - Participantes Assistidos (Paridade)	1,06%	0,66%
A.3 - Extraordinária - Serviço Passado	2,41%	2,26%
B - Participantes Ativos (sobre salários)	7,67%	7,70%
C - Participantes Assistidos (sobre benefícios)	8,00%	8,00%

Adicionalmente, conforme parágrafo 9º do Artigo 39, os participantes que optarem pelo instituto de Benefício Proporcional Diferido recolherão contribuição para cobertura administrativa do Plano por meio da aplicação da taxa de carregamento definida no Plano de Custeio, sendo esta taxa aplicada sobre o valor da contribuição hipotética caso o participante em BPD estivesse na condição de participante ativo, conforme determinação do Conselho Deliberativo.

Além da taxa de carregamento administrativo, conforme parágrafo 10º do Artigo 39, o participante BPD

somente terá direito à cobertura dos benefícios de pensão por morte e invalidez no período de diferimento, se durante este período aportar contribuições para essa finalidade, sendo as taxas determinadas atuarialmente e correspondentes a 0,43% e 0,29% para pensão por morte e invalidez, respectivamente, conforme resultados da Avaliação Atuarial de 2015.

O Plano de Custeio Administrativo foi definido pela Entidade, ficando estabelecida a taxa de carregamento de 15% sobre as contribuições vertidas para Plano.



#### 4 CONCLUSÃO

**Conclui-se**, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do **Plano Básico de Benefícios**, em

**31/12/2015**, é **deficitária** em **R\$83.363.174,25**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano.

Este é o Parecer.

Brasília, 29 de janeiro de 2016.

**DOUGLAS LEMES GONÇALVES**

Atuário MIBA 2.225 - MTb/RJ  
SUPERVISOR ATUARIAL

**JOÃO MARCELO B. L. M. CARVALHO**

Atuário MIBA 2.038 - MTb/RJ  
DIRETOR DE OPERAÇÕES E PREVIDÊNCIA



### 13. PARECER DO CONSELHO FISCAL

**Emitido na 104ª reunião do Conselho Fiscal  
Realizada em 7 de março de 2016.**

O Conselho Fiscal do Nucleos – Instituto de Seguridade Social examinou as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, compreendendo: balanço patrimonial, demonstrações da mutação do patrimônio social, do plano de gestão administrativa, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas, assim como as notas explicativas. Essas demonstrações estão acompanhadas do relatório dos auditores independentes (Parecer) emitido pela PricewaterhouseCoopers, em 25 de fevereiro de 2016.

As provisões matemáticas foram calculadas pela Gama Consultores Associados Ltda., conforme resultado da avaliação atuarial na data-base de 30/06/2015 e reposicionada em 31/12/2015, conforme Parecer Atuarial emitido em 29/01/2016.

Os investimentos estão custodiados no Banco Bradesco S/A e foram confrontados com o Relatório de Posição de Custódia do final do exercício.

Conforme registrado no seu relatório, os Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers não concordaram com o registro contábil (rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos), no montante de R\$ 53.349 mil, referente ao crédito objeto de ação judicial relativo à diferença de correção monetária das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFND's.

  
Antônio Marcos de Oliveira Alves Sena  
Presidente do Conselho Fiscal

  
Luiz Fernando Henriques  
Conselheiro Titular

Dessa forma, os auditores independentes emitiram opinião com ressalva (Parecer emitido em 25/02/2016), pois entendem que um ativo cuja confirmação final dependa de eventos não totalmente sob o controle da entidade é denominado ativo contingente e não deve ser reconhecido na contabilidade.

De acordo com as notas explicativas às demonstrações contábeis (Nota 7.6.4), a Administração do Nucleos entende que o crédito preenche adequadamente os requisitos exigidos para o seu registro contábil, além de expressar que o reconhecimento contábil foi realizado com base em sentença judicial e em posicionamento técnico.

Diante da divergência, os Conselheiros concordam e acompanham a opinião dos auditores independentes, pois entendem que um ativo contingente não deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis até que a realização de ganho seja praticamente certa.

Os Conselheiros consideram que as referidas demonstrações contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos em 31 de dezembro de 2015 e o resultado de suas operações, exceto quanto ao registro contábil da correção monetária das OFND's, na rubrica Outros Realizáveis dos Investimentos, no valor de R\$ 53.349 mil, devendo, no entendimento do Conselho Fiscal, constar somente em notas explicativas. Assim, diante do exposto, as demonstrações contábeis do exercício de 2015 estão em condições de merecerem a deliberação por parte do Conselho Deliberativo.

  
Luis Antônio Domingues Correia  
Conselheiro Titular

  
Paulo Cesar Chrispim  
Conselheiro Titular



## 14. MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo do Nucleos – Instituto de Seguridade Social, na sua 182ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21/03/2016, consoante o previsto no Capítulo VI, art. 35, do Estatuto do Nucleos, examinou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, comparativas com o exercício imediatamente anterior, compostas por: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios, Demonstração da Mutações do Ativo Líquido do Plano de Benefícios, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Conforme descrito na nota explicativa 7.6.4, o Nucleos reconheceu em 2014 em seu balanço, por determinação contida em sentença judicial, o valor a receber da União, relacionado à atualização monetária de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs).

Sobre esse fato, foram feitas as seguintes avaliações: (i) a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, no Relatório datado de 25/02/2016, no título “Base para opinião com ressalva”, registrou que esse ativo não deveria ser reconhecido na contabilidade, por entender que se tratava de ativo contingente; (ii) o Conselho Fiscal, em sua 104ª Reunião, realizada em 07/03/2016, emitiu Parecer concordando com a opinião dos Auditores Independentes; (iii) o escritório Siqueira Castro Advogados emitiu Nota Técnica acerca

da legitimidade da escrituração do crédito decorrente da atualização monetária incidente sobre as OFNDs. Essa Nota Técnica, datada de 25/03/2015 e atualização emitida em 06/01/2016, que faz parte integrante da presente Manifestação, além de trazer uma profícua análise sobre o aspecto jurídico, foi lastreada em fundamentação técnica e contábil registrada em substancial parecer do eminente Professor Eliseu Martins, que considera que o crédito das OFNDs é um ativo ordinário, e não contingente, devendo, portanto, ser registrado no balanço contábil das entidades detentoras desse crédito.

Baseado nas análises procedidas e à luz do pronunciamento 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25), que considera que quando a realização ou ganho de um ativo for praticamente certa este não pode ser considerado um ativo contingente, fato também registrado na Nota Técnica acima referida, os membros deste Conselho Deliberativo, com exceção da conselheira Rosângela Vieira Paes da Silva, concordam com o registro contábil do crédito das OFNDs.

Diante do exposto, o Conselho Deliberativo aprovou as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 e é da opinião que as mesmas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos e o resultado de suas operações para o referido exercício, exceto pela manifestação da conselheira Rosângela Vieira Paes da Silva que aprovou as referidas demonstrações contábeis com a ressalva apontada pelos Auditores Independentes.



Paulo César da Rocha Dantas  
Presidente do Conselho Deliberativo

Clezio dos Santos Oliveira  
Conselheiro Titular

Antero Aguiar Peres  
Conselheiro Suplente

Daniel Moraes da Costa  
Conselheiro Titular

Ricardo Cesar Quintella Lioy  
Conselheiro Titular

Rosângela Vieira Paes da Silva  
Conselheira Titular



---

# ENCERRAMENTO

---

"O sucesso é a soma de pequenos esforços repetidos dia após dia"

*Robert Collier,  
escritor*

## 15. MENSAGEM FINAL

Espera-se que o presente resumo do Relatório Anual de Informações (RAI) tenha alcançado o objetivo de informar com clareza e concisão. Ressalta-se que o Relatório Anual em sua versão completa está disponível no site da Entidade, no menu Publicações – Relatório Anual.



\* \* \* \* \*

Relatório Anual 2015 do Nucleos – Instituto de Seguridade Social  
Av. República do Chile, 230/ 15º andar - Ala Sul - Centro - 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ

**Coordenação de produção:** Comunicação Interna do Nucleos

**Projeto Gráfico e Editorial:** Plus Interativa  
[www.plusinterativa.com](http://www.plusinterativa.com) - (21) 3549-7816 / (21) 2524-7816

**Jornalista Responsável:** Ricardo Largman – Reg. MTB 18.288



nucleos  
Instituto de Seguridade Social

## RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2015

Nucleos - Instituto de Seguridade Social  
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul  
Centro - 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ

[www.nucleos.com.br](http://www.nucleos.com.br)